



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE CURITIBA - PROJUDI

Rua da Glória, 362 - 6º andar - Centro - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060 - Fone: 41-32004732 - E-mail: ctba-27vj-s@tjpr.jus.br

Autos nº. 0005010-98.2023.8.16.0001

Processo: 0005010-98.2023.8.16.0001

Classe Processual: Recuperação Judicial

Assunto Principal: Concurso de Credores

Valor da Causa: R\$282.256.716,46

- Autor(s):
- AIKON COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP representado(a) por ANTONIO CARLOS DE PAULA JUNIOR
 - AZUL FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. representado(a) por Eduardo Rawski de Paula
 - DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA representado(a) por Eduardo Rawski de Paula
 - DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA representado(a) por Eduardo Rawski de Paula
 - DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - FILIAL 1 RS representado(a) por Eduardo Rawski de Paula
 - DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - FILIAL 2 MS representado(a) por Eduardo Rawski de Paula
 - DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - FILIAL 4 ES representado(a) por Eduardo Rawski de Paula
 - DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - FILIAL 5 SC representado(a) por Eduardo Rawski de Paula
 - E.L.M PARTICIPAÇÕES EIRELI representado(a) por Eduardo Rawski de Paula
 - TOP FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA representado(a) por ANTONIO CARLOS DE PAULA JUNIOR
 - V & V COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS representado(a) por Eduardo Rawski de Paula

Réu(s):

Analisados e examinados o pedido de Recuperação Judicial registrado nos autos sob nº 5010-98.2023.8.16.0001 proposto por VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA OUTROS.

1. Relatório:

Trata-se de pedido de Recuperação Judicial, embasado na Lei 11.101/05, proposto pelo Grupo DP4, composto pelas seguintes empresas: **VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 1 ES., VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – FILIAL 2 SC., DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP., DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – FILIAL 1 RS., DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 2 MS., DISPAR**



DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 3 SP., DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 4 ES., DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 5 SC., AZUL FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., AIKON COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP., TOP FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP., E.L.M. PARTICIPAÇÕES EIRELI. O Grupo DP4 alegou que as empresas possuem identidade de sócios, avais cruzados, há confusão financeira, são solidárias e subsidiárias, e todas pretendem saldar os credores. Destacou que todas estão sob a gestão, controle e administração da VEV Comércio de Medicamentos Ltda., sediada em São José dos Pinhais/PR, local do principal estabelecimento. Disse que todas tem o mesmo ramo de atividade: distribuição de medicamentos e perfumaria, e que atua no setor há mais de 15 anos, e conta com 5 centros de distribuição e mais de 1000 colaboradores diretos e indiretos. Disse quanto a sua representatividade e geração de empregos. Alegou que passa por crise, transitória, devido ao aumento dos custos de produção, carga tributária, aumento dos combustíveis, dificuldade para obtenção de crédito, e margem bruta cada vez mais reduzida. Disse que se socorreram a operações financeiras para manter a operação e não gerar desabastecimento. Alegou que a situação se agravou quando um fornecedor retirou sua exclusividade territorial de distribuição, cobrou valores exorbitantes e protestou o grupo, acarretando negativa de empréstimos e corte de prazo de pagamento com demais fornecedores. Disse quanto ao risco eminente de sofrer bloqueios em contas. Afirmou que a recuperação judicial possibilitará a equalização do passivo e que em curto prazo o grupo se tornará superavitário. Requereu o andamento do processo em segredo de justiça, alegando que a publicidade implicaria no vencimento antecipado e bloqueios de contas bancárias. Discorreu sobre a possibilidade de eventual mediação. Requereu a concessão de tutela cautelar antecipatória parcial dos efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial, para que se suspenda: 1) a exigibilidade de todas as obrigações relativas aos créditos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial nos termos da LFR– conforme Quadro Geral de Credores anexo; 2) os efeitos do inadimplemento, inclusive, para reconhecimento de mora e, por conseguinte, retenções de valores, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão, compensação e constrição judicial e extrajudicial sobre os bens das requerentes, oriundas de demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como a execução e cobrança de valores de titularidade das requerentes; (3) o vencimento antecipado de contratos bancários e liquidação de ativos em carteira.

A decisão de mov. 27.1 indeferiu a tutela de urgência requerida, e determinou a emenda à petição inicial. Foi deferido o sigilo, até decisão que analise o pedido principal.

A parte autora emendou a petição inicial no mov. 31.1. Discorreu quanto a viabilidade econômica do grupo, e intenção de estreitamento dos laços com seus fornecedores. Requereu liminar para o deferimento do *stay period* antes da realização de perícia prévia. Alegou a necessidade de extensão do *stay period* em face de sócios e avalistas. Disse que não faz sentido obstar as execuções em face da devedora e mantê-la em face dos sócios, com o risco de arruinar o patrimônio das pessoas físicas. Discorreu quanto a necessidade de determinação de manutenção do Grupo GP4 nos imóveis sede em que se encontram, impossibilitando o despejo. Alegaram que há alugueis em atraso em sedes das empresas do grupo, e que receberam notificações extrajudiciais para pagamento. Discorreu sobre a necessidade de manutenção do fornecimento de luz e água., sob pena de impossibilidade de manutenção da atividade empresarial.



Requeru que seja deferido o processamento da recuperação judicial em favor dos requerentes que compõem o Grupo DP4. Atribui à causa o valor de R\$282.256.716,46 (duzentos e oitenta e dois milhões duzentos e cinquenta e seis mil setecentos e dezesseis reais e quarenta e seis centavos).

Os pedidos de liminar, considerados genéricos e sem indicação de perigo iminente, foram indeferidos na decisão de mov. 34.

Foi realizada nova emenda à inicial no mov. 37.1, com juntada de documentos e requerimento de deferimento do processamento da recuperação judicial.

Vieram os autos conclusos para decisão inicial.

2. Decisão:

a. Do litisconsórcio ativo:

É necessário tecer considerações quanto a questão afeta ao grupo econômico formado entre as autoras, que ajuizaram a demanda como litisconsortes. Restou clara a estreita relação entre as empresas do grupo, e foram alegadas circunstâncias fáticas que demonstram que possuem controle comum: mesmos sócios, operação em regime conexo e avais cruzados, demonstrando que há interconexão entre as empresas, que operam em diversos estados.

Pelo exposto, restou demonstrada a existência de grupo econômico, sendo adequada a união das empresas no polo ativo do pedido de recuperação judicial.

b. Da apresentação de documentos:

Constato que os requerentes apresentaram na petição inicial as razões da crise econômico-financeira e as causas concretas de sua situação patrimonial, em conformidade com o art. 51, I, da Lei de Recuperação Judicial e Falências.

O art. 52 da supracitada Lei dispõe claramente que a decisão de deferimento do pedido de Recuperação Judicial é de natureza vinculada, não sendo permitido ao magistrado indeferir o pedido se presente toda a documentação exigida no seu art. 51. Isso porque a análise da viabilidade econômica da empresa será realizada pelos seus credores, após a apresentação do plano de Recuperação Judicial pelo autor da demanda.

Verifica-se que a requerente apresentou, junto com sua petição inicial e emenda, quase a totalidade dos documentos exigidos pelo art. 51:

a) exposição das causas concretas da situação patrimonial e das razões da crise econômico-financeira (mov. 1.1);

b) balanço patrimonial dos três últimos exercícios sociais (inc. II, “a”):

- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA: mov. 37.13 a 37.16;
- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 1 ES: **não apresentado.**
- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – FILIAL 2 SC: **não apresentado.**



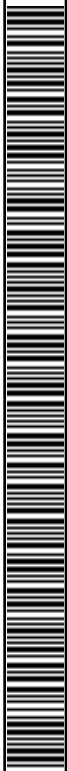
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: 37.62 a 37.65.
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – FILIAL 1 RS: **não apresentado.**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 2 MS: **não apresentado.**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 3 SP: **não apresentado.**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 4 ES: **não apresentado.**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 5 SC: **não apresentado.**
- AZUL FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA: mov. 37.211 a 37.213
- AIKON COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.243 a 37.245
- TOP FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.392 a 37.394
- E.L.M. PARTICIPAÇÕES EIRELI: não foi apresentado.

c) demonstração de resultados acumulados nos últimos três exercícios sociais (inc. II, “b”):

- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA: 37.17 a 37.19;
- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 1 ES: **não apresentado.**
- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – FILIAL 2 SC: **não apresentado.**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: 37.67 a 37.69.
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – FILIAL 1 RS: **não apresentado.**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 2 MS **não apresentado.**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 3 SP **não apresentado.**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 4 ES **não apresentado.**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 5 SC **não apresentado.**
- AZUL FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA: mov. 37.215 a 37.217
- AIKON COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: 37.247 a 37.249
- TOP FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: 37.396 a 37.398
- E.L.M. PARTICIPAÇÕES EIRELI: mov. 37.517 a 37.519.

d) demonstração de resultado desde o último exercício social (inc. II, “c”):

- Apresentou documentos denominados “demonstrações das mutações do patrimônio líquido”. Não foi apresentada a documentação do resultado desde o último exercício social, mas tão somente DTML até 31/12/2022, com relação a todas as empresas do grupo.



e) relatório gerencial de fluxo de caixa e projeção:

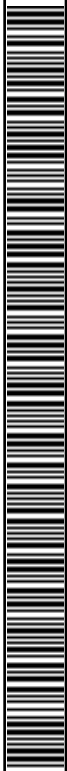
- Fluxo de caixa do grupo DP4 apresentado no mov. 37.23.

f) relação de credores com indicação de seus endereços, e a natureza, classificação, origem, valor atualizado e regime de vencimentos de seus créditos (inc. III):

- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA: 37.24 a 37.27
- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 1 ES: **não apresentado**
- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – FILIAL 2 SC: **não apresentado**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.74 a 37.76.
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – FILIAL 1 RS: **não apresentado**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 2 MS: **não apresentado**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 3 SP: **não apresentado**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 4 ES: **não apresentado**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 5 SC: **não apresentado**
- AZUL FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA: mov. 37.221 a 37.224.
- AIKON COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.253 a 37.256.
- TOP FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.402 a 37.405.
- E.L.M. PARTICIPAÇÕES EIRELI: declaração de inexistência de credores no mov. 37.523.

g) Relação completa de empregados (Inc. IV).

- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA: 37.28.
- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 1 ES: **não apresentado**
- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – FILIAL 2 SC: **não apresentado**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: 37.77.
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – FILIAL 1 RS: **não apresentado**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 2 MS: **não apresentado**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 3 SP: **não apresentado**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 4 ES: **não apresentado**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 5 SC: **não apresentado**
- AZUL FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA: mov. 37.225.
- AIKON COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.257.



- TOP FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.406.
- E.L.M. PARTICIPAÇÕES EIRELI: declaração de inexistência de empregados (mov. 37.524).

h) certidão de regularidade emitida pelo Registro Público de Empresas e ato constitutivo:

- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA: 37.29
- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 1 ES: **a certidão de mov. 37.31 não é uma certidão de regularidade emitida pelo Registro Público de Empresas.**
- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – FILIAL 2 SC: 37.30.
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.80.
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – FILIAL 1 RS: mov. 37.81.
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 2 MS (mov. 37.79).
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 3 SP: Mov. 37.83.
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 4 ES: mov. 37.78
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 5 SC – **o documento de mov. 37.82 é relativo à filial do Rio Grande do Sul. Não foi apresentada a certidão quanto à filial de Santa Catarina.**
- AZUL FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA: mov. 37.226 (Bahia).
- AIKON COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.259 (Mato Grosso do Sul).
- TOP FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.408 (Mato Grosso do Sul).
- E.L.M. PARTICIPAÇÕES EIRELI: mov. 37.525.

i) bens particulares dos sócios e administradores (inc. VI):

- Foi apresentada relação dos bens do sócio Eduardo Rawski De Paula no mov. 37.534 e do sócio Antônio Carlos de Paula Junior no mov. 37.537.

j) os extratos atualizados das contas bancárias do devedor (inc, VII):

- Inúmeros extratos das devedoras foram apresentados, com menção às empresas VEV COM DE MEDICAMENTOS LTDA, DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., AZUL FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; AIKON COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; TOP FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Não foram apresentados extratos específicos quanto às filiais, e nem quanto à empresa E.L.M. PARTICIPAÇÕES EIRELI.



k) certidões dos cartórios de protesto situados em seu domicílio e no domicílio de suas filiais (inc. VIII):

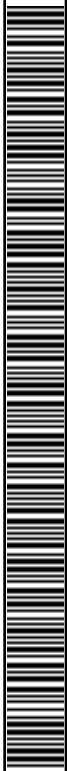
- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA: mov. 37.40, 37.41.
- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 1 ES: **não apresentada**
- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – FILIAL 2 SC: **não apresentada**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.193, 37.195.
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – FILIAL 1 RS: mov. 37.196
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 2 MS – **não apresentada.**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 3 SP: mov. 37.194
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 4 ES: mov. 37.192
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 5 SC – **não apresentada**
- AZUL FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA: mov. 37.233.
- AIKON COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.381, 37.382, 37.383
- TOP FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.497, 37.498, 37.499.
- E.L.M. PARTICIPAÇÕES EIRELI – **o documento de mov. 37.528 não é uma certidão.**

k) relação de ações em que seja parte, com estimativa dos valores demandados (inc. IX).

- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA: mov. 37.42.
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.197.
- AZUL FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – mov. 37.234.
- AIKON COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.384.
- TOP FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.500.
- E.L.M. PARTICIPAÇÕES EIRELI – **não foi apresentada.**

l) Relatório detalhado do passivo fiscal (inc. X);

- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA: mov. 37.43.
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.198.
- AZUL FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA: mov. 37.235.
- AIKON COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.385.



- TOP FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.501.
- E.L.M. PARTICIPAÇÕES EIRELI – Declaração de ausência de passivo fiscal (mov. 37.530).

m) a relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante (inc. XI):

- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA: mov. 37.44.
- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 1 ES: **não apresentou.**
- VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – FILIAL 2 SC: **não apresentou.**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.200.
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – FILIAL 1 RS: mov. 37.201.
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 2 MS – **não apresentou.**
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 3 SP: mov. 37.202.
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 4 ES: mov. 37.199.
- DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 5 SC – **não apresentou.**
- AZUL FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA: mov. 37.236.
- AIKON COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.386.
- TOP FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP: mov. 37.502.
- E.L.M. PARTICIPAÇÕES EIRELI: declaração de inexistência de bens no mov. 37.531.

Deve ser destacado que é vasta a documentação apresentada neste processo, e do conjunto desta é possível constatar quanto a situação atual da empresa, e também quanto à viabilidade do processamento da presente recuperação judicial. A necessidade de apresentação dos documentos faltantes (indicados como “não apresentados”), não obsta o deferimento do processamento da recuperação judicial, eis que o restante da documentação exigida foi apresentada e é hábil a demonstrar a situação atual das autoras.

Ademais, a parte autora dispôs em sua petição inicial que preenche os requisitos genéricos para se beneficiar do instituto, dispostos no art. 48 da Lei 11.101/2005, pois se trata de sociedade empresária regularmente inscritas no Registro Público de Empresas Mercantis (arts. 966 e 967 do CC), exerce suas atividades há mais de dois anos, não é falida, não usufruiu do mesmo benefício nos últimos cinco anos, nem da Recuperação Judicial para microempresas e empresas de pequeno porte nos últimos cinco anos, e não possui como sócios ou administradores pessoas condenadas por crimes falimentares.

c. Quanto ao pedido de extensão do stay period em face dos sócios e avalistas:

Alegou a necessidade de extensão do stay period em face de sócios e avalistas. Disse que não faz sentido obstar as execuções em face da devedora e mantê-la em face dos sócios, com o risco de arruinar o patrimônio das pessoas físicas.



Nesse ponto não assiste razão ao grupo. Resta evidente que os efeitos da recuperação judicial devem se restringir tão somente à sociedade empresaria que pleiteou o benefício, não havendo como se confundir com os seus sócios, tampouco com os coobrigados.

Inclusive a Lei 11.101/2005 dispõe em seu artigo 49, §1º que “Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.”.

Outrossim, a Súmula 581 do STJ também dispõe que “a recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória”.

Ou seja, o pedido da parte autora não só não merece proceder, como é *contra legem* e vai de encontro a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Ademais, para corroborar com tal entendimento, é a jurisprudência recente do TJ/SP:

"RECUPERAÇÃO JUDICIAL – 'Stay period' - Suspensão das cobranças endereçadas aos coobrigados – Impossibilidade no caso concreto – Autonomia patrimonial – Limite da proteção legal prevista, conforme art. 49, §1º da LRF – Inteligência das Súmulas 61 do TJ/SP e 581 do E. STJ – Decisão mantida – Recurso improvido.

(...)

O pedido é “contra legem” e afronta a remansosa jurisprudência sobre a matéria. Embora o processamento da recuperação judicial autorize a concessão do “stay period” com a suspensão das demandas movidas contra o devedor, bem como a aprovação do plano implique na novação das obrigações, certo é que os coobrigados, garantidores, avalistas e coodevedores continuam responsáveis. O princípio da preservação da empresa e benefícios à sociedade em recuperação encontram limites na própria Lei 11.101/05, que no seu art. 49, §1º da LRF prevê a conservação dos direitos dos credores frente aos coobrigados e fiadores. No caso concreto, o processo está em fase inicial, não tendo ainda sido concluída a votação em AGC. É inviável que o benefício se estenda aos coobrigados de forma geral e indistinta, conforme Súmula 581 do E. STJ e Súmula 61 do TJ/SP. Nesse sentido: “Agravo de instrumento Recuperação judicial Decisão recorrida que indeferiu os pedidos das recuperandas de dispensa de certidões negativas para contratação com a Administração Pública e de extensão do stay period aos sócios garantidores/avalistas Pedido de dispensa em relação às novas contratações descabido Vedação expressa nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei nº 11.101/2005 Dispensa das certidões em relação aos contratos em andamento e seus respectivos aditivos que encontra respaldo no princípio da preservação da empresa Recuperandas que



têm grande parte de seus negócios atuais atrelada à prestação de serviços aos entes públicos Exigência das certidões em relação aos contratos em andamento e seus respectivos aditivos que dificultaria, quando não impossibilitaria, o soerguimento e a recuperação das empresas Dispensa das certidões autorizada somente em relação aos contratos em andamento e seus respectivos aditivos Pedido de extensão do stay period aos sócios garantidores/avalistas Descabimento Suspensão das ações/execuções em relação à recuperanda que decorre de disposição legal Efeitos da suspensão que não se estendem aos coobrigados/sócios garantes Recurso parcialmente provido.” (AI nº 2191109-11.2019.8.26.0000 - Classe /Assunto: Agravo de Instrumento / Recuperação judicial e Falência - Relator(a): Maurício Pessoa - Comarca: Campinas - Órgão julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Data do julgamento: 26/11/2019)” (TJSP; Agravo de Instrumento 2085620-77.2022.8.26.0000; Relator (a): J. B. Franco de Godoi; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro de Taubaté - 4ª Vara Cível; Data do Julgamento: 02/03/2023; Data de Registro: 02/03/2023)

Diante disso, não merece acolhimento o pedido de extensão do período de stay em face de sócios e avalistas.

d. Com relação à E.L.M. PARTICIPAÇÕES EIRELI:

constato que não foi apresentada nenhuma documentação com relação a esta, não sendo possível averiguar se está ou não em atividade, e se há efetiva relação com as demais empresas do grupo. No entanto, nova emenda à petição inicial para tais esclarecimentos poderia ser demasiadamente prejudicial às demais empresas. Assim, deve a parte autora apresentar em 5 (cinco) dias a documentação pertinente à empresa E.L.M Participações Eireli, sob pena de extinção do processo com relação a esta.

3. Diante do exposto, defiro o processamento do pedido de Recuperação Judicial efetuado por VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 1 ES., VEV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – FILIAL 2 SC., DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP., DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – FILIAL 1 RS., DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 2 MS., DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 3 SP., DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 4 ES., DISPAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL 5 SC., AZUL FARMA



DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., AIKON COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP., TOP FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – EPP., E.L.M. PARTICIPAÇÕES EIRELI., nos termos do art. 52 da Lei 11.101/05.

4.Nomeio como administrador judicial o Escritório **Marques Administração Judicial**, sob a responsabilidade do **Dr. Marcio R. Marques**, assinando-lhe o prazo de vinte e quatro horas para, aceitando o encargo, firmar o compromisso.

5.Desse modo, determino: **a)** que o devedor ficará dispensado de apresentar certidões negativas para o exercício de suas atividades, observado que a Constituição Federal prevê que se a pessoa jurídica estiver em débito com o sistema de seguridade social, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios (art. 195, § 3º da CF), conforme previsto no art. 52, II, da LFR; **b)** que o devedor deverá apresentar mensalmente o demonstrativo de suas contas, sob pena de destituição de seus administradores; **c)** sejam suspensas todas as ações e execuções movidas contra o devedor, com exceção das previstas no art. 52, III, da LFR; **d)** seja oficiado aos Cartórios de Protestos das comarcas das sedes das empresa, para que se abstenham de proceder qualquer protesto em face da empresa requerente enquanto estiver em trâmite a presente Recuperação Judicial; **e)** seja oficiado aos Cartórios de Protesto de Capital e aos órgãos de controle de inadimplência (SERASA, SPC, BACEN /CCF, ETC) para que suspendam, enquanto perdurar a presente demanda, todos os protestos e/ou registros de inadimplência em nome da empresa requerente; **f)** seja oficiado à JUCEPAR para que faça constar nos registros da empresa que esta se encontram em Recuperação Judicial; **g)** seja oficiado à Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região para que comunique o deferimento do processamento da presente Recuperação Judicial aos Juízos Trabalhistas.

6.No que toca à autora: **a)** terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar a documentação faltante, apontada na fundamentação desta decisão; **b)** terá o prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias para apresentação do plano de recuperação, que deverá obedecer ao disposto no art. 53 e 54 da lei de regência, sob pena de incidir o disposto no inciso II do art. 73 da citada lei; **c)** em todos os atos, contratos e documentos firmados a serem firmados e que estejam sujeitos ao procedimento de recuperação judicial deverá ser acrescida, após o nome empresarial, a expressão "em Recuperação Judicial" (art. 69 da Lei).

7.Ordeno, ainda, **a)** a intimação eletrônica do Ministério Público para que se manifeste sobre o processamento da presente; **b)** a intimação eletrônica das Fazendas Públicas Federal, do Estado do Paraná e do Município de São José dos Pinhais, a fim de que tomem conhecimento da recuperação judicial e informem eventuais créditos perante o devedor, para divulgação aos demais interessados (art. 52, V); **c)** a expedição de edital para publicação no órgão oficial, contendo todos os dados previstos no parágrafo primeiro do art. 52 da LFR, inclusive constando que possuem os credores o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao Administrador Judicial suas habilitações ou suas divergências; **d)** A expedição de ofício ao Registro Público de Empresas e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil determinando-se a anotação da recuperação judicial nos registros correspondentes (art. 69, parágrafo único).

Intimem-se. Diligências necessárias.



Curitiba, 29 de março de 2023.

Mariana Gluscynski Fowler Gusso

Juíza de Direito

